



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.443.418.816,86	795.771.767,50
Circulante		1.314.672.695,43	668.327.131,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.310.912.524,86	665.788.032,94
Disponibilidades		3.000,00	928.514,70
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.231.639.833,26	614.248.535,19
Titulos e Valores Mobiliários		79.269.691,60	50.610.983,05
Operações de Crédito	5	2.039.485,89	637.689,00
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.251.952,06	-
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(12.519,52)	-
Financiamentos		808.134,70	657.411,34
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(8.081,35)	(19.722,34)
Outros Créditos	6	1.231.423,75	1.311.464,89
Rendas a Receber		546,64	20.586,87
Diversos		1.226.628,51	1.289.078,93
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		4.248,60	1.799,09
Outros Valores e Bens	7	489.260,93	589.945,07
Outros Valores e Bens		64.968,42	48.354,20
Despesas Antecipadas		424.292,51	541.590,87
Não Circulante		128.746.121,43	127.444.635,60
Realizável a Longo Prazo		2.377.024,09	2.405.708,16
Operações de Crédito	5	2.294.137,68	2.322.821,75
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		729.166,78	-
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(7.291,67)	-
Financiamentos		1.588.144,00	2.394.661,60
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(15.881,43)	(71.839,85)
Outros Créditos		82.886,41	82.886,41
Devedores por Depósitos em Garantia		82.886,41	82.886,41
Permanente		126.369.097,34	125.038.927,44
Investimentos	8	118.771.026,82	117.815.186,90
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		106.017.385,69	105.074.045,77
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		12.741.141,13	12.741.141,13
Outras Participações		12.500,00	-
Imobilizado de Uso	9	7.091.438,96	6.801.100,67
Imobilizado de Uso		9.605.089,12	8.915.122,48
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.513.650,16)	(2.114.021,81)
Intangível		506.631,56	422.639,87
Ativos Intangíveis		1.327.411,82	904.517,55
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(820.780,26)	(481.877,68)
Total do Ativo		1.443.418.816,86	795.771.767,50
PASSIVO		1.322.455.532,72	688.443.298,94
Circulante		1.321.648.306,70	688.360.412,53
Relações Interfinanceiras	10	1.319.557.735,66	685.423.556,50
Centralização Financeira - Cooperativas		1.319.557.735,66	685.423.556,50
Obrigações por Empréstimos e Repasses		23.837,07	19.854,75
Obrigações Por Repasses		23.837,07	19.854,75
Outras Obrigações	11	2.066.733,97	2.917.001,28
Sociais e Estatutárias	11.1	546.327,36	677.009,52
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	11.2	275.476,26	329.731,83
Diversas	11.3	1.244.930,35	1.910.259,93
Não Circulante		807.226,02	82.886,41
Outras Obrigações		807.226,02	82.886,41
Diversas	11.3	724.339,61	-
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	11.3	82.886,41	82.886,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		120.963.284,14	107.328.468,56
Capital Social	12.a	104.388.703,86	93.621.099,53
De Domiciliados No País		107.458.912,03	97.783.530,48
(-) Capital A Realizar		(3.070.208,17)	(4.162.430,95)
Reserva de Sobras	12.b,c	10.677.809,02	11.451.606,78
Sobras ou Perdas Acumuladas	12.f	5.896.771,26	2.255.762,25
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.443.418.816,86	795.771.767,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		12.295.642,12	25.876.595,08	21.351.077,11	45.113.438,26
Operações de Crédito	15	50.665,50	272.234,90	150.490,16	298.315,48
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		11.726.707,82	24.041.447,16	19.991.988,57	42.156.940,59
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		518.268,80	1.562.913,02	1.208.598,38	2.658.182,19
Dispêndio da Intermediação Financeira		(11.978.986,52)	(25.391.793,14)	(21.317.842,57)	(44.696.484,78)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	10	(12.031.858,03)	(25.439.581,36)	(21.320.429,42)	(44.629.733,89)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	16	52.871,51	47.788,22	2.586,85	(66.750,89)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		316.655,60	484.801,94	33.234,54	416.953,48
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		3.189.965,62	6.966.021,06	608.400,38	4.929.290,80
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	17	51.496,11	112.139,98	148.465,22	239.719,29
Rendas (Ingressos) de Tarifas		-	7,52	-	-
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	18	(4.281.207,64)	(8.708.561,77)	(4.561.102,12)	(8.633.653,44)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	19	(2.408.135,04)	(4.955.445,95)	(2.594.981,54)	(5.076.244,36)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(28.564,37)	(60.507,22)	(34.810,24)	(69.846,06)
Resultado de participações em coligadas e controladas	8	3.976.344,35	8.668.502,79	2.479.194,94	7.406.655,78
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	20	6.397.075,80	12.368.614,85	5.730.133,23	11.836.953,96
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais		(28,55)	(20.126,59)	(272.762,05)	(581.240,17)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		-	-	-	92.682,86
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	21	(517.015,04)	(438.602,55)	(285.737,06)	(285.737,06)
Resultado Operacional		3.506.621,22	7.450.823,00	641.634,92	5.346.244,28
Outras Receitas e Despesas		(919,84)	(719,23)	152,42	152,42
Outras Receitas		11,55	212,98	537,30	537,30
Outras Despesas		(931,39)	(932,21)	(384,88)	(384,88)
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.505.701,38	7.450.103,77	641.787,34	5.346.396,70
Imposto de Rendas		(8.348,80)	(19.140,22)	(20.675,66)	(36.868,27)
Contribuição Social		(8.348,81)	(19.139,29)	(20.328,35)	(36.520,96)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		3.489.003,77	7.411.824,26	600.783,33	5.273.007,47
Juros ao Capital	14	(2.690.574,36)	(2.690.574,36)	(5.226.869,82)	(5.226.869,82)
Sobras/Perdas Líquidas		798.429,41	4.721.249,90	(4.626.086,49)	46.137,65

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.489.003,77	7.411.824,26	600.783,33	5.273.007,47
Resultado de Equivalência Patrimonial		3.976.344,35	8.668.502,79	(2.479.194,94)	(7.406.655,78)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	(52.871,51)	(47.788,22)	(2.586,85)	66.750,89	
Provisão de Juros ao Capital	(2.690.574,36)	(2.690.574,36)	(5.226.869,82)	(5.226.869,82)	
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	517.015,29	724.339,86	285.737,06	285.737,06	
Depreciações e Amortizações	460.701,25	846.295,40	306.064,05	595.335,33	
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		5.699.618,79	14.912.599,73	(6.516.067,17)	(6.412.694,85)
Operações de Crédito	951.160,20	(1.325.324,60)	257.491,08	789.708,10	
Outros Créditos	308.556,99	80.041,14	2.931.678,23	(89.450,13)	
Outros Valores e Bens	172.262,71	100.684,14	(434.768,41)	(503.031,41)	
Relações Interfinanceiras	241.398.373,79	634.134.179,16	(82.136.562,10)	(27.669.490,22)	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.587,11	3.982,32	(2.082,48)	19.854,75	
Outras Obrigações	288.807,75	(168.032,77)	415.249,67	(44.480.832,64)	
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(6.493,88)	(6.493,88)	(65.755,80)	(65.755,80)	
FATES Sobras Exercício	(235.737,80)	(235.737,80)	-	-	
Imposto de Renda	(8.348,80)	(19.140,22)	(20.675,66)	(36.868,27)	
Contribuição Social	(8.348,81)	(19.139,29)	(20.328,35)	(36.520,96)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		248.567.438,05	647.457.617,93	(85.591.820,99)	(78.485.081,43)
Recebimento Dividendos	-	(6.662.178,84)	-	11.926.604,04	
Alienação de Investimento	(1.062.984,03)	(1.062.984,03)	-	-	
Aquisição de Intangível	3.636,72	(337.422,24)	2.060.251,22	1.859.198,46	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(66.340,18)	(883.203,14)	(2.525.232,18)	(2.625.403,07)	
Aquisição de investimentos	(5.839.220,64)	(1.899.179,84)	-	(12.035.148,19)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(6.964.908,13)	(10.844.968,09)	(464.980,96)	(874.748,76)
Aumento por Novos Aportes de Capital	586.007,48	6.146.485,72	560.478,24	1.728.150,07	
Devolução de Capital à Cooperados	(325.218,00)	(325.218,00)	-	(93.413,04)	
Juros ao Capital pago	2.690.574,36	2.690.574,36	5.226.869,82	5.226.869,82	
Reversão de Reserva de Expansão	-	-	-	(9.189.139,41)	
Outros Eventos/Reservas	-	-	(6.157.721,33)	-	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		2.951.363,84	8.511.842,08	(370.373,27)	(2.327.532,56)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		244.553.893,76	645.124.491,92	(86.427.175,22)	(81.687.362,75)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.066.358.631,10	665.788.032,94	752.215.208,16	747.475.395,69	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.310.912.524,86	1.310.912.524,86	665.788.032,94	665.788.032,94	
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		244.553.893,76	645.124.491,92	(86.427.175,22)	(81.687.362,75)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Expansão	Outras			
Saldo em 31/12/2018	Notas	92.556.660,66	(5.797.167,98)	8.312.242,55	2.437.442,65	2.511.389,34	8.684.955,41	108.705.522,63
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	-	8.684.955,41	-	(8.684.955,41)	-
Outros Eventos/Reservas		-	-	-	(8.090.979,98)	8.090.979,98	970.096,64	970.096,64
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		93.413,04	1.634.737,03	-	-	-	-	1.728.150,07
Por Devolução (-)		(93.413,04)	-	-	-	-	-	(93.413,04)
Reversões de Reservas		-	-	-	(3.031.418,08)	(7.463.005,09)	1.305.283,76	(9.189.139,41)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	5.273.007,47	5.273.007,47
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		5.226.869,82	-	-	-	-	(5.226.869,82)	-
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(65.755,80)	(65.755,80)
Saldo em 31/12/2019		97.783.530,48	(4.162.430,95)	8.312.242,55	-	3.139.364,23	2.255.762,25	107.328.468,56
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital		2.255.762,25	-	-	-	-	(2.255.762,25)	-
Outros Eventos/Reservas	12.a	-	-	-	-	-	643.955,28	643.955,28
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		5.054.262,94	1.092.222,78	-	-	-	-	6.146.485,72
Por Devolução (-)		(54.262,94)	-	-	-	-	-	(54.262,94)
Reversões de Reservas	12.a,b	-	-	-	-	(2.659.700,17)	2.659.700,17	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	7.411.824,26	7.411.824,26
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		2.419.619,30	-	-	-	-	(2.690.574,36)	(270.955,06)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(6.493,88)	(6.493,88)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	1.414.426,81	-	-	(1.414.426,81)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	-	471.475,60	(471.475,60)	-
F A T E S		-	-	-	-	-	(235.737,80)	(235.737,80)
Saldo em 31/12/2020		107.458.912,03	(3.070.208,17)	9.726.669,36	-	951.139,66	5.896.771,26	120.963.284,14
Saldo em 30/06/2019		92.556.660,66	(4.722.909,19)	8.312.242,55	8.090.979,98	2.511.389,34	4.672.224,14	111.420.587,48
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	-	(8.090.979,98)	8.090.979,98	-	-
Outros Eventos/Reservas		-	-	-	-	(6.157.721,33)	970.096,64	(5.187.624,69)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		-	560.478,24	-	-	-	-	560.478,24
Reversões de Reservas		-	-	-	-	(1.305.283,76)	1.305.283,76	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	600.783,33	600.783,33
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		5.226.869,82	-	-	-	-	(5.226.869,82)	-
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(65.755,80)	(65.755,80)
Saldo em 31/12/2019		97.783.530,48	(4.162.430,95)	8.312.242,55	-	3.139.364,23	2.255.762,25	107.328.468,56
Saldo em 30/06/2020		102.783.530,48	(3.601.952,71)	8.312.242,55	-	3.139.364,23	6.178.582,74	116.811.767,29
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital		2.255.762,25	-	-	-	-	(2.255.762,25)	-
Outros Eventos/Reservas	12.a	-	-	-	-	-	643.955,28	643.955,28
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		54.262,94	531.744,54	-	-	-	-	586.007,48
Por Devolução (-)		(54.262,94)	-	-	-	-	-	(54.262,94)
Reversões de Reservas	12.a,b	-	-	-	-	(2.659.700,17)	2.659.700,17	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	-	3.489.003,77	3.489.003,77
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		2.419.619,30	-	-	-	-	(2.690.574,36)	(270.955,06)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(6.493,88)	(6.493,88)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	1.414.426,81	-	-	(1.414.426,81)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	-	471.475,60	(471.475,60)	-
F A T E S		-	-	-	-	-	(235.737,80)	(235.737,80)
Saldo em 31/12/2020		107.458.912,03	(3.070.208,17)	9.726.669,36	-	951.139,66	5.896.771,26	120.963.284,14

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		3.489.003,77	7.411.824,26	600.783,33	5.273.007,47
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		3.489.003,77	7.411.824,26	600.783,33	5.273.007,47

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma cooperativa central de crédito, instituição financeira não bancária, fundada em **08/12/1989**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Atua conjuntamente com mais 14 (catorze) cooperativas singulares associadas, distribuídas nas seguintes localidades:

Localidade	Quantidade de Singulares
Anápolis/GO	01
Ceres/GO	01
Crixás/GO	01
Goianésia/GO	01
Goiânia/GO	04
Morrinhos/GO	01
Palmeiras	01
Paraíso de Tocantins/TO	01
Piracanjuba/GO	01
Quirinópolis/GO	01
Rubiataba/GO	01

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Reapresentação dos saldos comparativos de 2019

Os saldos comparativos demonstrados na nota explicativa de caixa e equivalentes de caixa e demonstração do fluxo de caixa relativos a 31 de dezembro de 2019, estão sendo



reapresentados em cumprimento a Resolução CMN nº 4.007/11, tendo em vista mudanças de práticas contábeis realizados pela Administração da Central, , conforme demonstrados a seguir:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Publicação	Ajustes (*)	Saldo Reapresentado
	31/12/2019		31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	516.773.448,37	149.014.584,57	665.788.032,94
Disponibilidades	928.514,70	-	928.514,70
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	465.233.950,62	149.014.584,57	614.248.535,19
Títulos e Valores Mobiliários	50.610.983,05	-	50.610.983,05

(*) ajustes decorrentes de reclassificação de operações com característica de caixa equivalente de caixa para instrumentos financeiros não classificados como caixa e equivalentes de caixa.

b) Demonstração do fluxo de caixa

Descrição	Publicação	Ajustes (*)	Saldo Reapresentado
	31/12/2019		31/12/2019
Caixa líquido da atividade operacional	(75.133.329,32)	(3.351.752,11)	(78.485.081,43)
Caixa líquido da atividade de investimento	(874.748,76)	-	(874.748,76)
Caixa líquido da atividade de financiamento	(2.327.532,56)	-	(2.327.532,56)
Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa	(78.335.610,64)	(3.351.752,11)	(81.687.362,75)
Caixa e equivalentes de caixa início do período	595.109.059,01	152.366.336,68	747.475.395,69
Caixa e equivalentes de caixa final do período	516.773.448,37	149.014.584,57	665.788.032,94

(*) ajustes decorrentes de reclassificação de operações com característica de caixa equivalente de caixa para instrumentos financeiros não classificados como caixa e equivalentes de caixa

c) Demonstração de Sobra ou Perdas

Descrição	Publicação	Ajustes (*)	Saldo Reapresentado
	31/12/2019		31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira	45.113.438,26	-	45.113.438,26
Resultado com operações de crédito	298.315,48	-	298.315,48
Rendas de Aplicações Intefinanceiras de Liquidez	-	42.156.940,59	42.156.940,59
Rendas de Aplicações em Oper. Compromissadas	28.542.754,00	(28.542.754,00)	-
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.614.186,59	(13.614.186,59)	-
Rendas de Aplicações em Fundo de Investimento	2.658.182,19	-	2.658.182,19

(*) ajustes decorrentes a agrupamentos na apresentação das Aplicações.

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Publicação	Ajustes (*)	Saldo Reapresentado
	31/12/2019		31/12/2019
Outras	-	3.139.364,23	3.139.364,23
Outras - Fundo de Marketing	1.206.105,58	(1.206.105,58)	-
Outras - Reserva de Expansão	1.933.258,65	(1.933.258,65)	-
Saldo em 31/12/2019	3.139.364,23	-	3.139.364,23



* Na apresentação efetuada em 31/12/2019, os valores classificados na Reserva Outros, foi apresentado demembrados, sendo Fundo de Marketing R\$ 1.206.105,58 e Expansão R\$ 1.933.258,65, na reapresentação os saldo estão somados total R\$ 3.139.364,23.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em reunião 31ª realizada em 22/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.



2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito



As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados



são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*



A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	3.000,00	928.514,70
AIL – Operações compromissadas (a)	743.683.219,52	465.233.950,62
AIL - Depósitos Interfinanceiros – DI pós-fixado (b)	487.956.613,74	149.014.584,57
TVM - Cotas de Fundo de Investimento Bancoob (c)	79.269.691,60	50.610.983,05
TOTAL	1.310.912.524,86	665.788.032,94

(a) referem-se a operações compromissadas, atreladas à taxa CDI, realizadas com o Bancoob, com lastro em títulos públicos federais. Os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com foram respectivamente R\$ 14.967.128,23 e R\$ 28.542.754,00.

(b) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 96% e 101% do CDI. Os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com as aplicações interfinanceiras de liquidez foram respectivamente R\$ 9.074.318,93 e R\$ 13.614.186,59.

(c) Refere-se às aplicações em cotas de fundo de renda fixa denominado Fundo Centralização, administrado pelo Bancoob DTVM. Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram, respectivamente, R\$ 1.562.913,02 e R\$ 2.658.182,19.

5. Operações de crédito



a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	1.251.952,06	729.166,78	1.981.118,84	0,00
Financiamentos	808.134,70	1.588.144,00	2.396.278,70	3.052.072,94
Total de Operações de Crédito	2.060.086,76	2.317.310,78	4.377.397,54	3.052.072,94
(-) Provisões para Operações de Crédito	(20.600,87)	(23.173,10)	(43.773,97)	(91.562,19)
TOTAL	2.039.485,89	2.294.137,68	4.333.623,57	2.960.510,75

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
B	1%	Normal	1.981.118,84	2.396.278,70	4.377.397,54	(43.773,97)	0,00	0,00
C	3%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	3.052.072,94	(91.562,19)
Total Normal			1.981.118,84	2.396.278,70	4.377.397,54	(43.773,97)	3.052.072,94	(91.562,19)
Total Geral			1.981.118,84	2.396.278,70	4.377.397,54	(43.773,97)	3.052.072,94	(91.562,19)
Provisões			(19.811,19)	(23.962,78)	(43.773,97)		(91.562,19)	
Total Líquido			1.961.307,65	2.372.315,92	4.333.623,57		2.960.510,75	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	314.452,12	937.499,94	729.166,78	1.981.118,84
Financiamentos	203.246,50	604.888,20	1.588.144,00	2.396.278,70
TOTAL	517.698,62	1.542.388,14	2.317.310,78	4.377.397,54

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Outros	1.981.118,84	2.396.278,70	4.377.397,54	100%
TOTAL	1.981.118,84	2.396.278,70	4.377.397,54	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(91.562,19)	(24.811,30)
Constituições / Reversões	46.075,30	(66.750,89)



TOTAL	(45.486,89)	(91.562,19)
--------------	--------------------	--------------------

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.981.118,84	45,00%	2.072.101,73	68,00%
10 Maiores Devedores	4.377.397,54	100,00%	3.052.072,94	100,00%
50 Maiores Devedores	4.377.397,54	100,00%	3.052.072,94	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	217.649,04	217.649,04
Valor das operações transferidas no período	0,00	0,00
Valor das operações recuperadas no período	(140.000,00)	0,00
TOTAL	77.649,04	217.649,04

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** não existe saldo devedor com operações de crédito renegociadas pela cooperativa.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber	546,64		20.586,87	0,00
Serviços prestados a receber	546,64	0,00	20.586,87	0,00
Diversos	1.230.877,11	82.886,41	1.290.878,02	82.886,41
Adiantamentos e antecipações salariais	12.329,84	0,00	27.024,91	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	14.202,31	0,00	78.227,11	0,00
Devedores por depósitos em garantia	0,00	82.886,41	0,00	82.886,41
Impostos e contribuições a compensar	4.248,60	0,00	1.799,09	0,00
Pagamentos a ressarcir (a)	50.436,56	0,00	208.048,51	0,00
Títulos e créditos a receber	6.120,03	0,00	111.618,92	0,00
Devedores diversos – país (b)	1.143.539,77	0,00	864.159,48	0,00
TOTAL	1.231.423,75	82.886,41	1.311.464,89	82.886,41



(a) Refere-se basicamente a rateio de Cursos e Eventos a ser debitados das singulares filiadas.

(b) Refere-se basicamente a rateio Orçamentário da Central no mês de Dezembro/2020 a ser debitados das singulares filiadas.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Material em Estoque	64.968,42	48.354,20
Despesas Antecipadas (a)	424.292,51	541.590,87
TOTAL	489.260,93	589.945,07

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, INOVATI.

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	106.017.385,69	105.074.045,77
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito (b)	12.741.141,13	12.741.141,13
Outras Participações	12.500,00	0,00
TOTAL	118.771.026,82	117.815.186,90

(a) Refere-se ao investimento no Bancoob avaliado por método de equivalência patrimonial.

(b) Refere-se ao investimento em cotas do Sicoob Confederação, avaliado pelo método de custo de aquisição.

Os resultados de participações auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram respectivamente R\$ 8.668.502,79 e R\$ 7.406.655,78

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso		0,00	1.088.183,07
Terrenos		1.139.318,00	1.139.318,00
Edificações	4%	3.697.409,39	3.697.409,39
Veículos	20%	192.900,00	192.900,00



(-) Depreciação Acumulada de Veículos		(109.310,00)	(70.730,00)
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.072.663,73)	(924.767,45)
Instalações	10%	1.398.100,31	76.287,90
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(170.032,11)	(67.188,68)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.177.361,42	415.247,57
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.161.644,32)	(327.829,70)
Sistema de Comunicação	20%	0,00	38.846,30
Sistema de Processamento de Dados	20%	0,00	2.195.204,11
Sistema de Segurança	10%	0,00	71.726,14
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		0,00	(723.505,98)
TOTAL		7.091.438,96	6.801.100,67

10. Relações interfinanceiras

Referem-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema Sicoob Goiás Central para fins de centralização financeira. A remuneração média da centralização financeira no exercício de 2020 foi de 98% do CDI no valor de R\$ 25.439.581,36 (em 2019 – R\$ 44.629.733,89, 98% do CDI), e sua liquidez é imediata, desde que as cooperativas filiadas mantenham 30% do saldo médio dos seus depósitos. A despesa é reconhecida na demonstração de sobras ou perdas na rubrica “Dispêndios de Depósitos Intercooperativos”.

11. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	546.327,36	0,00	677.009,52	0,00
Fiscais e Previdenciárias	275.476,26	0,00	329.731,83	0,00
Diversas	1.244.930,35	82.886,41	1.910.259,93	82.886,41
TOTAL	2.066.733,97	82.886,41	2.917.001,28	82.886,41

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	268.878,42	611.253,72
Resultado de Atos com não associados (a)	6.493,88	65.755,80
Cotas de Capital a Pagar (b)	270.955,06	0,00
TOTAL	546.327,36	677.009,52

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue



determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	0,00	10.334,07
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.664,70	9.141,28
Impostos e Contribuições sobre Salários	268.606,69	305.262,92
Outros	204,87	4.993,56
TOTAL	275.476,26	329.731,83

11.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	22.341,88	0,00	252.606,04	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.115.229,37	0,00	1.293.553,73	0,00
Provisão para Passivos Contingentes	0,00	82.886,41	0,00	82.886,41
Provisão para Garantias Prestadas (c)	0,00	724.339,61	285.737,06	0,00
Credores Diversos - País	107.359,10	0,00	78.363,10	0,00
TOTAL	1.244.930,35	807.226,02	1.910.259,93	82.886,41

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com férias, 13º salário, encargos sociais e despesas administrativas.

(c) Refere-se à contabilização, de provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas para singulares filiadas (conforme quadro abaixo), tomadas junto ao FGCOOP, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 38.098.383,40 (R\$ 9.102.400,00 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.



Descrição	31/12/2020
	FGCOOP
Sicoob Secovicred - 3333	28.995.983,40
Sicoob Crediadag - 3351	9.102.400,00
TOTAL	38.098.383,40

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	104.388.703,86	93.621.099,53
Associados	14	15

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Outras - Fundo de Marketing

Reserva de sobras utilizada para cobertura de despesa de Marketing, para divulgação do sistema Sicoob Goiás Central.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	4.721.249,90	46.137,65



Lucro Líquido - atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(6.493,88)	(65.755,80)
Sobra/Perda líquida, base de cálculo das destinações	4.714.756,02	(19.618,15)
Destinações estatutárias		
Fundo de Reserva - 30%	(1.414.426,81)	0,00
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(235.737,80)	0,00
Fundo de Marketing 10%	(471.475,60)	0,00
Reversão Utilização de FATES (a)	643.955,28	970.096,64
Reversão Outras – Expansão (b)	1.933.258,65	0,00
Reversão Outras - Utilização de Fundo de Marketing (b)	726.441,52	1.305.283,76
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.896.771,26	2.255.762,25

a) Quadro de utilização de Recursos do FATES:

Descrição	31/12/2020
Cursos	59.739,80
Plano de Saúde	108.050,14
Vale Alimentação / Refeição	383.945,20
Plano Odontológico	6.316,52
Sicoob Previ (Patronal)	9.545,12
Confraternização	62.991,15
Seguro de Vida	8.431,15
Uniformes	4.936,20
TOTAL	643.955,28

b) O valor de R\$ 2.659.700,17 apresentado na coluna de Sobras ou Perdas Acumuladas da Demonstração de Patrimônio Líquido do Exercício 2020, é o somatório da movimentação das Reversões Reserva Outras – Expansão R\$ 1.933.258,65 e Utilização de Fundo de Marketing R\$ 726.441,52.

13. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
SOBRA/PERDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO (DESCONSIDERANDO DESP. IRPJ/CSLL)	4.759.529,41	119.526,88
RESULTADO DE ATOS COM ASSOCIADOS	(4.701.360,98)	43.198,20
(-) AJUSTES DO RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS (PIS, COFINS E ISS)	(10.821,50)	(23.132,94)
(-) AJUSTES DO RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS (IRPJ/CSLL)	(38.279,51)	(73.389,23)
(-) OUTRAS DEDUÇÕES (CONFORME RES. 129/16 E RES. 145/16)	(2.573,54)	(447,10)



(=) RESULTADO DE ATOS COM NÃO ASSOCIADOS CONF. ART. 87 DA LEI 5764/71	6.493,88	65.755,81
---	----------	-----------

14. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Nos exercícios de 2020 e 2019, o montante da remuneração de juros ao capital social foi respectivamente de R\$ 2.690.574,36 e R\$ 5.226.869,82.

15. Receitas da intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Empréstimos	24.791,69	53.241,94	60.011,00	123.564,07
Rendas De Financiamentos	25.873,81	78.992,96	90.479,16	160.490,50
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	0,00	140.000,00	0,00	14.260,91
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	6.397.175,12	14.967.128,23	12.718.567,52	28.542.754,00
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.329.532,70	9.074.318,93	7.273.421,05	13.614.186,59
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	518.268,80	1.562.913,02	1.208.598,38	2.658.182,19
TOTAL	12.295.642,12	25.876.595,08	21.351.077,11	45.113.438,26

16. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Dispêndios de Depósitos Interfinanceiros	(12.031.858,03)	(25.439.581,36)	(21.320.429,42)	(44.629.733,89)
Provisões / Reversões para Operações de Crédito	52.871,51	47.788,22	2.586,85	(66.750,89)
TOTAL	(11.978.986,52)	(25.391.793,14)	(21.317.842,57)	(44.696.484,78)

17. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	51.496,11	112.139,98	148.465,22	239.719,29
TOTAL	51.496,11	112.139,98	148.465,22	239.719,29

18. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(40.755,28)	(87.134,66)	(46.379,38)	(90.599,48)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de	(650.344,39)	(1.347.203,48)	(694.298,05)	(1.438.231,48)



Administração				
Despesas de Pessoal - Benefícios	(677.537,14)	(1.317.186,19)	(579.915,52)	(1.105.940,29)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(883.952,67)	(1.739.962,98)	(856.639,28)	(1.660.904,84)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.998.889,32)	(4.106.451,51)	(2.065.762,97)	(3.884.569,80)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(22.580,24)	(62.298,36)	(254.697,79)	(365.054,54)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.148,60)	(48.324,59)	(63.409,13)	(88.353,01)
TOTAL	(4.281.207,64)	(8.708.561,77)	(4.561.102,12)	(8.633.653,44)

19. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(62.509,80)	(121.432,96)	(82.128,05)	(163.168,12)
Despesas de Aluguéis	(31.057,76)	(71.308,78)	(89.682,67)	(226.890,94)
Despesas de Comunicações	(29.457,35)	(48.220,30)	(46.738,52)	(114.353,24)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(85.275,23)	(159.333,98)	(57.388,56)	(125.455,31)
Despesas de Material	(22.636,52)	(48.205,46)	(31.445,15)	(55.749,95)
Despesas de Processamento de Dados	(338.728,88)	(621.225,92)	(159.214,38)	(238.452,55)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(65.652,35)	(136.143,50)	(30.693,88)	(42.543,44)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(309.985,71)	(773.513,83)	(680.725,95)	(1.344.219,44)
Despesas de Publicações	(6.334,74)	(17.714,34)	(4.200,00)	(10.075,00)
Despesas de Seguros	(3.668,91)	(20.258,08)	(18.072,24)	(40.018,30)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(22.708,17)	(41.381,87)	(38.374,07)	(54.038,27)
Despesas de Serviços de Terceiros	(104.946,08)	(212.549,84)	(61.174,70)	(153.310,30)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(27.099,84)	(55.192,88)	(27.418,47)	(61.305,44)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(275.127,39)	(473.584,38)	(232.698,68)	(478.305,51)
Despesas de Transporte	(11.567,73)	(41.864,84)	(45.409,68)	(105.631,50)
Despesas de Viagem no País	(920,46)	(13.498,23)	(22.905,81)	(33.667,86)
Despesas de Amortização	(138.929,90)	(253.430,55)	(129.549,29)	(277.697,40)
Despesas de Depreciação	(321.771,35)	(592.864,85)	(176.514,76)	(317.637,93)
Outras Despesas Administrativas	(54.427,80)	(128.428,70)	(79.853,62)	(162.261,29)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.387,85)	(5.511,50)	(364,43)	(1.641,96)
Contribuição a OCE	0,00	(10.234,88)	(22.031,52)	(49.931,83)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(492.941,22)	(1.109.546,28)	(558.397,11)	(1.019.888,78)
TOTAL	(2.408.135,04)	(4.955.445,95)	(2.594.981,54)	(5.076.244,36)

20. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	5.709,20	27.329,25	38.870,49	94.302,31
Deduções e abatimentos	560,18	2.266,78	108,76	1.141,57
Rateio de despesas da central entre filiadas	6.390.806,42	6.390.806,42	5.690.627,16	5.690.627,16



Outras rendas operacionais	0	5.948.212,40	526,82	6.050.882,92
TOTAL	6.397.075,80	12.368.614,85	5.730.133,23	11.836.953,96

21. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Provisões Passivas	(517.015,29)	(724.339,86)	(285.737,06)	(285.737,06)
Outras Despesas Operacionais	(28,55)	(20.126,59)	(272.762,05)	(581.240,17)
TOTAL	(517.043,84)	(744.466,45)	(558.499,11)	(866.977,23)

22. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	0,00	201,43	537,30	537,30
Outras Rendas não Operacionais	11,55	11,55	0,00	0,00
(-) Perdas de Capital	(931,39)	(932,21)	(384,88)	(384,88)
Resultado Líquido	(919,84)	(719,23)	152,42	152,42

23. Partes Relacionadas

a) Cooperativas Singulares

Transação	31/12/2020	31/12/2019
Operações de crédito	4.333.623,57	2.960.510,75
Ativos/(Passivos)		
Rateio/Alocação Filiadas	1.114.892,85	791.932,89
Centralização Financeira	(1.319.557.735,66)	(685.423.556,50)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	104.388.703,86	93.621.099,53
Receitas		
Operações de crédito	272.234,90	298.315,48
Despesas		
Rateio/Alocação Filiadas	12.338.782,30	11.552.424,65
Centralização Financeira	(25.439.581,36)	(44.629.733,89)



Juros sobre capital próprio (2.690.574,36) (5.226.869,82)

b) Entidades ligadas

Transação	Bancoob	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Depósitos bancários	3.000,00	928.514,70
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.231.639.833,26	614.248.535,19
Títulos e valores mobiliários	79.269.691,60	50.610.983,05
Investimentos	106.017.385,69	105.074.045,77
Receitas		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	24.041.447,16	42.156.940,59
Títulos e valores mobiliários	1.562.913,02	2.658.182,19
Receita com Equivalência Patrimonial	(8.668.502,79)	(7.406.655,78)
Transação	Sicoob Confederação	
	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de TI	(51.375,28)	(50.879,59)
Rateio de Despesa	(1.109.546,28)	(1.019.888,78)
Investimentos	12.290.379,63	12.290.379,63
Sobras recebidas	-	10.196,83

c) Remuneração de Partes Relacionadas

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(87.134,66)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.411.501,33)
Encargos Sociais	(284.924,73)

24. Gerenciamento de Risco



A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;



f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia



As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência - PR	26.484.932,15	12.522.365,79
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	188.718.557,94	98.423.452,62
Índice de Basileia (IB)	14,00%	11,71%
Índice de imobilização	28,52%	57,91%

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	82.886,41	82.886,41	82.886,41	82.886,41
TOTAL	82.886,41	82.886,41	82.886,41	82.886,41

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB GOIÁS CENTRAL, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo e classificados com risco de perda possível.

28. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário. As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 22.051,85 (Vinte e dois mil, cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

Edina Francisca de Souza Fileti
Diretora administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC nº 16.895/O-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas
Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda – SICCOB GOIÁS CENTRAL

Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda – SICCOB GOIÁS CENTRAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOB GOIÁS CENTRAL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 30 de março de 2021.



A handwritten signature in blue ink, reading 'Diego Rabelo Silva Toledo'.


Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos exames e verificações procedidas, nas notas explicativas integrantes das referidas demonstrações, nas averiguações periódicas deste Conselho, e, ainda, considerando o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais de Uso Geral emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, constatamos não haver nada de relevante que conflita com as demonstrações analisadas e somos de parecer que essas refletem adequadamente as situações patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. – Sicoob Goiás Central.

Goiânia-GO, 08 de abril de 2021.



João Luiz de Moura Neto
Conselheiro Fiscal Efetivo
Coordenador



Fábio Machado de Araújo
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário



Lister Borges Cruvinel
Conselheiro Fiscal Efetivo